

Critérios de Pesquisa:

Período: 01/08/2020 a 31/08/2020

Indexação: "Reforma Administrativa"

Documento 1/9

14.2020.B	Sessão Outro Evento	04/08/2020-14:08
Publ.: DCD - 8/5/2020 -	ROGÉRIO CORREIA-PT -MG	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa da realização de reforma tributária, com ênfase na taxaço de grandes fortunas, lucros e dividendos. Responsabilidade do Governo Jair Bolsonaro por mortes decorrentes da Covid-19. Defesa de criaço, pela Casa, de CPI para investigaço da produço de cloroquina em larga escala pelo Exército brasileiro. Repúdio à reforma administrativa e à privatizaço de estatais, especialmente da empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS, anunciadas pelo Governo Federal.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Sem revisão do orador.) -
Obrigado, Sr. Presidente. Agradeço a V.Exa. a oportunidade.

Quero também aprofundar um pouco essas questões relativas à reforma tributária, porque infelizmente o que nós estamos vendo é serem anunciadas medidas - tanto as anunciadas pelo Paulo Guedes, quanto as que estão no Congresso Nacional - que não apontam no sentido do que é uma verdadeira reforma tributária, que deveria taxar os ricos e os muito ricos e mudar a forma de tributar no Brasil. Hoje quem paga imposto no Brasil são os pobres. Isso não é apenas um chavão ou uma palavra de ordem, é a realidade, porque é sobre os serviços e o consumo que incide a grande quantidade de taxaço. No entanto, não se taxam as grandes fortunas, os lucros e dividendos.

Eu, que sou de Minas Gerais, acho um verdadeiro absurdo terem constitucionalizado a tal da Lei Kandir, o que faz com que grandes mineradoras e exportadoras de *commodities* não paguem sequer ICMS, enquanto qualquer botequim de esquina e qualquer banca de revista paguem imposto sobre circulaço de mercadorias. Exportadoras enormes, como, por exemplo, a Vale, não pagam nada, e Minas Gerais fica a ver navios nesse item.

Contudo, não se trata somente disso. A taxaço das grandes fortunas

não é feita no Brasil, e é feita no restante do mundo. Aqui, portanto, é o contraexemplo. Mas o problema, Sr. Presidente, é que Paulo Guedes acena com uma reforma tributária que não vai colocar o dedo na ferida e, portanto, não vai dividir renda, nem vai taxar os poderosos e os ricos. Estes continuam no bem-bom, vendo o Brasil naufragar, vendo essa pandemia levar quase 100 mil mortos.

É evidente que o Governo Bolsonaro é o principal responsável por isso, porque não tem política eficaz de combate à pandemia e, portanto, é responsável pelo genocídio. Nós deveríamos instalar a CPI da cloroquina, da superprodução que está sendo feita no Brasil para enganar o povo, e não para resolver os problemas.

Tudo isso vem acompanhado de uma ameaça futura, que o Presidente, através de Paulo Guedes, faz. Refiro-me à reforma administrativa, que eles anunciam, para enxugar ainda mais o papel do Estado, para enxugar os direitos dos servidores públicos e para atacar de vez o serviço público brasileiro, que é para os pobres, como o SUS, a educação pública, e assim por diante. Agora ameaçam também com a privatização das nossas empresas, inclusive com o fatiamento da PETROBRAS.

Então, o Governo acena com uma reforma tributária que não é reforma, que mantém para os ricos os ganhos que eles têm hoje, do ponto de vista de tributação, e acena para taxar os mais pobres depois com reformas antipopulares. Esse é o risco que o Brasil está correndo.

Eu termino, Sr. Presidente, dizendo o seguinte: existe uma operação abafa para não investigar os malfeitos do Governo Bolsonaro, que são muitos. A CPI da cloroquina deveria ser assinada e instalada.

Muito obrigado.

Documento 2/9

16.2020.B	Sessão Outro Evento	13/08/2020-10:48
Publ.: DCD - 8/14/2020 - FÁBIO TRAD-PSD -MS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Apoio à realização da reforma administrativa com ênfase na preservação dos direitos dos servidores públicos efetivos; na redução de supersalários; na incorporação do regime de teletrabalho; e na redução de cargos comissionados. Contrariedade do orador à culpabilidade dos servidores pela precariedade dos

serviços públicos.

O SR. FÁBIO TRAD (Bloco/PSD - MS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, muito obrigado.

A reforma administrativa é importante, Sr. Presidente, mas ela precisa ter a exata missão de redimensionar o tamanho e a qualidade dos gastos no serviço público. Ela não pode criminalizar o servidor público efetivo. O banco do servidor público efetivo não é o dos réus, mas o do merecido cargo, para o qual concorreu e foi aprovado por concurso público de provas e títulos.

Eu concordo com programa de estímulo ao longo da carreira - isso é salutar -, mas qualquer avaliação de desempenho deve ser baseada em critérios objetivos e mensuráveis, jamais submetendo o servidor ao subjetivismo do seu superior hierárquico ou o equivalente, para se evitar o arbítrio, a vingança política e o assédio moral.

A reforma administrativa é importante, mas deve vir acompanhada de uma boa dose de coragem sobretudo no enfrentamento dos supersalários, que zombam do teto valendo-se de penduricalhos. É verdade que a média salarial do servidor público é maior que a média salarial dos servidores da iniciativa privada. Entretanto, não podemos esquecer que o servidor público é funcionário da sociedade. Ele não presta serviço a uma pessoa física. Ele não é estafeta da ambição empresarial de um grupo, ele é a própria coletividade, razão por que sua remuneração não pode ser comparada, sem cometer injustiças, com a daqueles que atuam no mercado dos negócios privados.

Uma reforma administrativa precisa incorporar o regime de teletrabalho, pois ele se mostra eficiente e produtivo, desonerando o servidor de amarras que reduzem a sua produtividade.

Todavia, é preciso que, nesta reforma, haja a previsão de que os insumos para o regime de teletrabalho não recaiam integralmente nas costas dos servidores, até porque muitos sequer têm condições de adquirir o básico para a instalação do sistema.

A reforma administrativa é importante, mas ela precisa assumir a responsabilidade política de propor a redução significativa de cargos comissionados, até porque a profissionalização do serviço público não será atingida com servidores transitórios e temporários.

Sobre a estabilidade, Sr. Presidente, não pode ser um dogma pétreo, erigido em valor absoluto. Todavia, há diferença entre adotar critérios de avaliação de desempenho do servidor, para estimulá-lo a melhor servir o público que o remunera, e a já cogitada pretensão de se tornar

a estabilidade um direito passível de ser conquistado apenas depois de longos 10 anos de serviço público.

Termino, Sr. Presidente, dizendo o seguinte: se nós culparmos o servidor público pela precariedade do serviço público, teremos que ter a coerência também de culpar os políticos pelo fato de a política não estar funcionando.

O SR. PRESIDENTE (Luis Miranda. DEM - DF) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. FÁBIO TRAD (Bloco/PSD - MS) - Teremos esta mesma humildade, de nos colocar no banco dos réus?

Muito obrigado pela paciência, Sr. Presidente Luis Miranda.

Documento 3/9

103.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/08/2020- CD	19:08
Publ.: DCD - 8/19/2020 - 146	KIM KATAGUIRI-DEM -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Extinção de privilégios fiscais concedidos a setores empresariais e redução salarial no serviço público, como condição para continuidade do pagamento do auxílio pecuniário emergencial e criação de renda básica para as camadas menos favorecidas.

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, li hoje cedo no jornal *O Globo* notícia que revelou que o auxílio emergencial não só erradicou a miséria do País neste momento de pandemia, como também trouxe a desigualdade social para os menores níveis da história. Porém, foi feita esta ressalva: é financeiramente inviável a sua manutenção, por custar 600 bilhões de reais ao ano, caso se torne permanente.

Vou fazer algumas perguntas, vou fazer uma provocação ao Parlamento sobre o Orçamento que votamos nesta Casa todos os anos, sobre os incentivos e os gastos que promovemos nesta Casa todos os anos. O Brasil gasta mais de 306 bilhões de reais em renúncias fiscais, em benefícios para determinados setores, que deveriam empregar, deveriam gerar renda, mas, na prática, só sobrevivem graças ao trabalho duro de quem não recebe esses

benefícios tributários. Além disso, a elite do funcionalismo público toma conta da maior parte do Orçamento. Só no ano passado, gastamos mais de 928 bilhões de reais do nosso Orçamento só com folha de pagamento. Então, eu pergunto aos Srs. Parlamentares: o que vale mais? Qual é a prioridade do nosso País? Qual é a prioridade do Parlamento? Efetivamente, garantir um piso de sobrevivência para os mais pobres ou garantir renúncia fiscal e altos salários para o funcionalismo público?

Relatório do Banco Mundial mostrou que, sim, o aumento dos salários do funcionalismo público é uma das maiores causas de desigualdade social no Brasil.

Estudo do economista Ricardo Paes de Barros mostrou que a desigualdade social, pelo coeficiente de Gini, diminuiu na iniciativa privada nos últimos 10 anos, mas aumentou com os gastos públicos. Ainda assim, sempre que se fala de reforma administrativa neste Parlamento, surge a defesa dos supostamente oprimidos, dos supostamente mais pobres, dos supostamente sem capacidade de se defender.

Na realidade, temos no nosso País um Estado que tira dinheiro dos mais pobres e sistematicamente o passa para os mais ricos, passa para a elite. O 1% mais rico - vários Deputados de esquerda gostam de discursar contra o 1% mais rico - são aqueles que recebem, em média, 27 mil reais por mês, ou seja, a elite do funcionalismo público, inclusive nós Deputados e Senadores.

É triste atestar que o órgão que mais gasta proporcionalmente o seu orçamento com pessoal é o Tribunal de Contas da União. Justamente o órgão que deveria promover a fiscalização e o controle das contas públicas é o que mais gasta com os seus próprios privilégios, com os seus próprios salários. Depois do Tribunal de Contas da União, é a Câmara dos Deputados que mais gasta com pessoal. Em seguida, o Senado e o Supremo Tribunal Federal, que teve aumento salarial de 16%. O salário de 33 mil reais foi para 39 mil reais, mesmo em meio a uma crise econômica. Setenta por cento dos gastos do Supremo Tribunal Federal são relativos a sua folha de pagamento.

Ainda assim, diz-se que é muito caro manter o auxílio emergencial, que é muito caro promover um sistema de renda básica universal permanente de 600 reais, porque ele custaria 600 bilhões de reais ao ano. Ora, se cortássemos o salário de todos os servidores públicos que recebem acima de 5.600 reais - o teto do INSS -, inclusive o nosso, de Deputados, Senadores, Juízes e Promotores, poderíamos tornar permanente esse que é o programa social mais bem-sucedido da história do País. Isso poderia ser feito sem nenhum aumento de tributo, sem criação de CPMF, sem nenhum tipo de oneração para a iniciativa

privada. Haveria apenas o corte de renúncias fiscais.

O "bolsa-lobista" e o "bolsa-empresário" são concedidos, ano após ano, pelo Congresso Nacional, com aval do Palácio do Planalto, desde o Governo Fernando Henrique, passando pelo Governo Lula, pelo Governo Dilma, pelo Governo Temer, e isso acontece até hoje, no Governo Bolsonaro. Continuam os 330 bilhões de reais em renúncias fiscais, continuam os privilégios da elite do funcionalismo público, e o discurso é de que não temos dinheiro para tornar permanente a política de renda mínima.

É fácil falar pelos mais pobres, é fácil defender os mais necessitados sem atacar o problema, sem atacar os diretamente interessados na perpetuação dessa situação: justamente os grandes empresários, que recebem essas renúncias, e a elite do funcionalismo público, na qual todos nós estamos incluídos, que mantêm os seus salários num momento de pandemia, mas se negam a tornar permanente um auxílio de 600 reais.

Obrigado, Presidente.

Documento 4/9

17.2020.N	Sessão Outro Evento	19/08/2020-10:24
Publ.: DCN - 8/20/2020 -	ROGÉRIO CORREIA-PT -MG	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão do Veto Total nº 11, de 2020, ao Projeto de Lei nº 2.129, de 2019 (nº 8.302, 2017, na Câmara dos Deputados); do Veto Parcial nº 12, de 2020, ao Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2020, da Medida Provisória nº 903, de 2019; do Veto Parcial nº 15, de 2020, ao Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2020, da Medida Provisória nº 907, de 2019; do Veto Parcial nº 16, de 2020, ao Projeto de Lei nº 1.304, de 2020; do Veto Parcial nº 18, de 2020, ao Projeto de Lei nº 864, de 2020; do Veto Parcial nº 19, de 2020, ao Projeto de Lei de Conversão nº 10, de 2020, da Medida Provisória nº 909, de 2019); do Veto Parcial nº 21, de 2020, ao Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2020, da Medida Provisória nº 915, de 2019; do Veto Parcial nº 22, de 2020, ao Projeto de Lei nº 1.075, de 2020; do Veto Parcial nº 23, de 2020, ao Projeto de Lei nº 1.888, de 2020; do Veto Total nº 24, de 2020, ao Projeto de Lei nº 675, de 2020; do Veto Parcial nº 25, de 2020, ao Projeto de Lei nº 1.562, de 2020; do Veto Parcial nº 26, de 2020, ao Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2020, da Medida Provisória nº 936, de 2020; do Veto Parcial nº 27, de 2020, ao Projeto de Lei nº 1.142, de 2020; e do Veto Parcial nº 28, de 2020, ao Projeto de Lei nº 1.079, de 2020. Repúdio ao Veto Parcial nº 17, de 2020, aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 39, de 2020, acerca do estabelecimento do Programa

Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus; e da alteração da Lei Complementar nº 101, de 2000, (reajuste salarial de servidores públicos). Extinção de direitos do funcionalismo pela anunciada reforma administrativa. Destinação, pelo Governo Federal, de vultosos recursos orçamentários às Forças Armadas brasileiras, em detrimento das áreas de educação e saúde. Anúncio de realização, pelo PT, de grande seminário nacional para debate da desestruturação do serviço público pelo Governo Federal. Críticas à proposta de reforma tributária em tramitação no Congresso Nacional. Repúdio à postura do Presidente Jair Bolsonaro com relação à epidemia de cononavírus. Inexistência, no âmbito do Governo Federal, de projeto destinado à reversão da crise econômica.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Bom dia, Presidente. É um prazer falar no Congresso Nacional sob a Presidência de V.Exa., Deputado Marcos Pereira.

Presidente, eu quero encaminhar esses vetos. Já há um acordo em execução para que alguns sejam mantidos e outros, derrubados. Nesse período de pandemia, até para que possa funcionar o Congresso Nacional, é fundamental que esses acordos sejam discutidos previamente para facilitar o trabalho da nossa votação.

Mas eu quero tratar particularmente de um veto, que, aliás, está destacado e será votado primeiramente no Senado Federal e espero que possamos apreciá-lo também, à noite, na Câmara dos Deputados, com a sua derrubada no Senado Federal. O Deputado Bohn Gass já se referiu a ele. Trata-se do congelamento que o Governo Bolsonaro quer fazer dos direitos dos servidores até o final de 2021.

Vejam bem, aproveita-se o período de pandemia para congelar direitos de servidores até 2021. Eram os direitos de todos os servidores. Nós conseguimos excetuar, retirar do congelamento os servidores da educação, da saúde, da segurança e os garis da limpeza urbana. Vejam que esses são servidores responsáveis por serviços essenciais e que, durante a pandemia, são ainda mais essenciais.

E, se V.Exa. olhar, verá que a média salarial desses servidores é muito pequena. Falo, repito, dos servidores de setores essenciais do serviço público para a população brasileira.

Não adiantou. Mesmo com a aprovação, por quase unanimidade, na Câmara e no Senado, o Governo Bolsonaro vetou.

Isso faz parte de um projeto chamado ultraliberal, que tem em Paulo Guedes o mentor e no Presidente Bolsonaro o executor, embora, às vezes, ele despiste e pareça não querer. Mas é bom que até mesmo os que são da segurança pública, Deputados e Senadores, saibam quem

é, de fato, o Governo Bolsonaro e como ele trata o serviço o público em geral.

Estão preparando, agora, além deste veto, que congela até 2021 os direitos dos servidores - não é só reajuste, não; ele congela direitos dos servidores -, a chamada reforma administrativa. Eu vejo, muitas vezes, Deputados e Senadores encherem a boca para falar de reforma administrativa. Na verdade, quando falam nisso, é para falar de cortes de direitos no serviço público.

Mas vejam bem: para o ano que vem, o Governo Federal está planejando recursos de 5,8 bilhões a mais para os militares, para a Defesa, em vez de destinar esses recursos para a educação brasileira. É uma concepção do Governo em relação à educação, que está sofrendo muitas perdas. O problema não é eles estarem aumentando a quantidade de recursos para as Forças Armadas; o fundamental é que estão reduzindo o orçamento da educação e da saúde.

Há um ataque feroz do Governo ao serviço público brasileiro, e a tal reforma administrativa vem nesse sentido. Nós estamos preparando, junto com entidades em nível nacional - foi uma proposta do núcleo de trabalho do PT -, um grande ato e um seminário a serem realizados no início de setembro, porque nós precisamos reagir, ou o Governo destruirá o serviço público brasileiro. É isso que estão querendo.

E fazem isso porque a tal reforma tributária que está sendo discutida tanto na Câmara como no Senado não coloca o dedo na ferida e não divide renda. Não tira dos ricos para fortalecer o Estado, a fim de que preste adequadamente os serviços públicos. Como não faz isso, vai em cima, novamente, do serviço público e dos trabalhadores. Então, a reforma que eles anunciam como reforma administrativa, de cortes de direitos e desmanche do Estado, vem acompanhada da "privataria", porque estão fatiando as estatais, e vem acompanhada, Presidente, ainda, de reformas trabalhistas em que acenam com carteiras verde-amarelas sem direito a 13º e a um terço de férias.

Enquanto isso, o Brasil já ultrapassa 110 mil mortes, e o Presidente continua dizendo: "*E daí?*" Sinceramente, a Câmara precisaria ter uma reação maior ao Governo Bolsonaro, que, além de ser autoritário e obscurantista, tem levado a nossa economia para o buraco.

Não é verdade que a economia brasileira tenha melhorado. Aliás, ela já estava ruim no primeiro ano do Governo Bolsonaro - portanto antes da pandemia -, quando o PIB cresceu 1,1%. Agora, na pandemia, o que nós temos é uma recessão enorme e não vemos por parte do Governo nenhuma atitude real para melhorar a economia.

Então, Presidente, eu termino dizendo o seguinte: é a crise na

economia, com a crise na pandemia que está virando genocídio. É o pandemônio do Governo Bolsonaro.

Documento 5/9

19.2020.N	Sessão Outro Evento	20/08/2020-19:16
Publ.: DCN - 8/21/2020 -	TIAGO MITRAUD-NOVO -MG	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Defesa de realização das reformas tributária e administrativa, bem como da realização de novas reformas trabalhista e previdenciária. Orientação de bancada na votação do Veto Parcial nº 17, de 2020, apostado ao Projeto de Lei Complementar nº 39, de 2020, relativo à criação do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus, e à alteração da Lei Complementar nº 101, de 2000, (progressão funcional e reajuste salarial de servidores públicos).

O SR. TIAGO MITRAUD (NOVO - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Perfeito. Muito obrigado. Em breve, compartilharei o tempo de orientação e de Liderança com o Deputado Paulo Ganime também.

Presidente, primeiro, acho importante darmos um contexto. Eu vejo que vários Deputados aqui têm buscado fazê-lo. O Estado brasileiro está hoje muito fragilizado. Foram anos e anos de descontrole de gastos, anos e anos de omissão em conduzir reformas estruturais essenciais para o Brasil. Já nesse Estado fragilizado, veio essa pandemia, que se seguiu de uma crise econômica que nenhum de nós imaginava e que tem se mostrado talvez a maior crise econômica da nossa história recente. Então, nós estamos falando de uma situação emergencial em cima de uma situação estrutural já de fragilidade.

Para que nós endereçemos a questão estrutural, a agenda já está na mesa: a reforma tributária, a reforma administrativa, uma nova reforma trabalhista. E, em poucos anos, vamos precisar de uma nova reforma da Previdência. Mas temos de entender que, além dessa agenda estrutural, por meio da qual temos de dialogar com servidores, com todos os partidos aqui representados, com a sociedade inteira, além dessa agenda estrutural, que não pode mais tardar, estamos falando de uma situação emergencial, estamos falando de uma situação onde o nível da dívida pública brasileira aumentou enormemente.

Deveria, sim, ter havido um aumento da dívida nesse período para se dar suporte à população brasileira, que sofre com a crise. Mas nós precisamos que a própria sociedade se una em torno dessa situação e tenha solidariedade com aqueles que mais sofreram. E é inegável que,

nesse período de pandemia, quem mais sofreu foi o trabalhador informal brasileiro, o trabalhador que era assalariado e perdeu o seu emprego neste momento, os pequenos e microempreendedores que tiveram de fechar os seus negócios e os que viram a renda nesse período ir a zero e têm dificuldade hoje de manter a sua família com o mínimo de condições de subsistência.

Nesse contexto, o que está sendo pedido aos servidores públicos brasileiros, com esse veto, é que não haja aumento nos seus salários no próximo 1 ano e meio. Não está se falando aqui de corte salarial. Eu particularmente e o Partido Novo acreditamos que a elite dos servidores, os que ganham muito, inclusive nós Parlamentares, deveria ter tido corte nos salários durante essa pandemia. Mas o Congresso não quis assim.

Então, agora se pede minimamente que haja um congelamento de aumentos de salários de servidores até o fim de 2021, para haver espaço fiscal às corretas medidas emergenciais já tomadas e para se melhorarem as condições de retomada da economia brasileira, passada essa fase mais crítica da pandemia.

Sra. Presidente, eu acredito, o Partido Novo acredita que esse é o mínimo que nós podemos exigir. Novamente, enquanto milhões e milhões de brasileiros perderam toda a sua renda, perderam os seus empregos, nós estamos falando simplesmente de não haver aumento para os servidores no próximo 1 ano e meio.

Eu acho que o assunto é tão básico que nem deveria haver essa discussão toda. O NOVO, desde o início, foi o único partido que compreendeu isso e que, já na primeira vez que esse assunto passou pela Câmara, orientou da mesma forma que hoje felizmente eu vejo a maioria dos partidos também orientarem.

Dessa forma, Sra. Presidente, o NOVO vota "sim", pela responsabilidade com o País que este Congresso tem que ter neste momento - infelizmente, a maioria do Senado não entendeu assim, mas eu vejo a maioria da Câmara entendendo dessa forma -, para que nós tenhamos condições de enfrentar esta pandemia, dando ao trabalhador brasileiro condições de retomar em breve o seu emprego e, à economia, condições de retomar em breve o seu caminho.

Os últimos 2 minutos, Sr. Presidente, eu gostaria de passar para o nosso Líder, o Deputado Paulo Ganime.

O voto do NOVO é "sim".

Muito obrigado.

Documento 6/9

104.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 25/08/2020- CD	18:24
Publ.: DCD - 8/26/2020 - 93	DARCI DE MATOS-PSD -SC	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de votação, artigo por artigo, da Medida Provisória nº 959, de 2020, acerca da operacionalização do pagamento do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda, e do benefício emergencial mensal constante na Medida Provisória nº 936, de 2020; e da prorrogação da vacatio legis da Lei nº 13.709, de 2018, (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais). Alerta à Oposição sobre a importância da apreciação de matérias destinadas ao combate à Covid-19 e à retomada do desenvolvimento econômico brasileiro.

O SR. DARCI DE MATOS (Bloco/PSD - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSD vota "não". Nós entendemos que o Parlamento precisa andar, precisa votar as medidas provisórias.

Quero dizer, Sr. Presidente, que a Oposição não quer votar, não quer tocar adiante, não quer que o Brasil vá adiante.

Nós temos que deixar de tratar de perfumaria, de temas que não têm a menor importância, e tratar dos grandes temas, tratar da questão da pandemia, da retomada do crescimento econômico, que passa pela reforma tributária, que passa pela reforma administrativa, que passa pelo processo de privatização e de concessões. Esses temas é que têm que estar em pauta, para que possamos enfrentar a pandemia e sobretudo promover a retomada econômica do nosso País.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 7/9

105.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 25/08/2020- CD	22:20
Publ.: DCD - 8/26/2020 - 206	ARNALDO JARDIM-CIDADANIA -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Inoportunidade de criação do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. Defesa de realização da reforma administrativa.

O SR. ARNALDO JARDIM (CIDADANIA - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiro eu queria, em nome do Cidadania, já me liberar de um constrangimento. Digo isto me dirigindo ao querido Deputado Fábio Ramalho.

Sou um admirador do Fábio, seu amigo pessoal, permito-me dizê-lo. Acho que ele é um dos Parlamentares - e parece-me que esta é a percepção da grande maioria da Casa - que mais agrega, que mais aglutina, que mais constrói pontes e estabelece convergências, o Fábio Ramalho que se dedicou e se esforçou para que este momento pudesse acontecer.

Mas vim pedir compreensão, Fábio e demais Parlamentares que têm outra posição, para dizer que divergirei, e não da criação de um Tribunal Regional Federal, não porque Minas não o mereça ou não precise dele. A minha resposta é "sim", a posição do Cidadania é "sim": nós acreditamos nisso, nessa necessidade.

Porém, todo o debate que nós fizemos ao longo do dia de hoje foi muito elucidativo. Ouvi Deputados dizerem que há outros tribunais prontos, e necessários. A cada um deles, visto isoladamente, nós diremos "sim".

Ouvi, por outro lado, Deputados dizerem que isto não agrega nenhum gasto adicional. A isso eu digo "não". Não há nenhuma lógica em se afirmar isso, é uma figura de retórica. Quando se cria uma instância, gastos são gerados, cargos que estão vagos são ocupados: cria-se receita adicional.

Nós que queremos um debate, nós que estamos realizando esta votação em plena crise fiscal, aprofundada com a pandemia, nós optamos pelos gastos necessários para enfrentar o momento vivemos: auxílio emergencial, socorro às empresas, criação de empregos... Estamos falando num número de desempregados que beirará, em setembro, a casa dos 15 milhões.

Há um debate hoje no Governo sobre como será retomada a economia, e todos sabemos que, por mais que se criem demandas de investimentos públicos, há um limite estrutural. Nós estamos brincando com fogo!

Neste momento em que sou defensor da reforma administrativa -

lamento que o Governo não apresente uma proposta -, neste momento em que constatamos que o poder público ainda não foi afetado por aquilo que impôs a pandemia a todo o setor produtivo e aos trabalhadores - ainda temos que fazer essa lição de casa -, sinceramente, não podemos criar novas instâncias, novas demandas.

Na sequência disso virão pleitos de outras regiões. Na sequência disso, se retirarmos a eficácia do teto de gastos para conter essas despesas - e vejam quantos argumentaram assim -, muitos propõem que se revogue o teto de gastos.

Por isso, meu caro Fábio Ramalho, amigos de Minas, "sim" ao seu esforço, "sim" à necessidade de Justiça em Minas, mas "sim" também à necessidade de, ao invés de construir peça a peça, nós conseguirmos definir um projeto para o País, um projeto para o Judiciário, uma reestruturação que utilize a informática, a digitalização, que diminua as instâncias recursais, que dê mais agilidade a uma Justiça que precisa chegar às pessoas mais carentes, as que realmente mais necessitam. Não será a criação de uma estrutura administrativa que vai responder a isso, meus amigos!

Nós compreendemos a demanda, entendemos a mobilização, mas não podemos construir um projeto, fazer a revisão de toda a estrutura administrativa e política do País desta forma. Assim nós vamos gerar Frankensteins, assim nós vamos gerar dispersão de recursos, assim nós vamos perpetuar diferenças e desigualdades.

É por isso que, com muito respeito e atenção a todos - sei que sou (*falha na transmissão*).

Somos contrários, Sr. Presidente, o Cidadania.

Documento 8/9

106.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 26/08/2020- CD	16:20
Publ.: DCD - 8/27/2020 - 80	ARNALDO JARDIM-CIDADANIA -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Inoportunidade de criação do Tribunal Regional Federal da 6ª Região. Defesa de realização da reforma administrativa. Orientação de bancada na votação do substitutivo oferecido pelo Relator da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania ao Projeto de Lei nº 5.919, de 2019, acerca da criação do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas

Gerais, ressalvados os destaques.

O SR. ARNALDO JARDIM (CIDADANIA - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ontem nós abordamos a questão de uma forma mais longa.

Resumo aqui o que dissemos ontem, primeiro, reiterando a nossa saudação e respeito ao Deputado Fábio Ramalho e à bancada mineira - reconhecemos a sua dedicação - e, segundo, fazendo um reconhecimento a V.Exa., Deputado Rodrigo Maia, que, quando apraza, quando estabelece o compromisso de implementar uma ação, assim o faz.

Mas quero resguardar a nossa convicção do Cidadania sobre a inoportunidade do tema e a necessidade da proposta de reforma administrativa, que o Governo insiste em não apontar, e da proposta de reorganização do Judiciário. Isso que nós estamos iniciando é o caminho errado. Daqui a pouco, virão demandas de tribunais de outros Estados, vários já mencionados aqui, e nós vamos em uma sequência fazendo uma antirreforma.

Se não há custo adicional - eu conversava com o Deputado Odair Cunha há poucos instantes por telefone, e ele, inclusive, falou para o Plenário -, já que há o artigo que preserva isso, votemos a emenda construída ontem no debate, porque mal não fará e nos dará uma garantia adicional de que nós estamos instituindo um procedimento, mas resguardando a economia que essa situação exige.

O nosso encaminhamento é contrário, Sr. Presidente.

Documento 9/9

106.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária -26/08/2020- CD	16:40
Publ.: DCD - 8/27/2020 - 86	GIOVANI CHERINI-PL -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO	

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 10, oferecida ao Projeto de Lei nº 5.919, de 2019, acerca da criação do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. Apoio do PL às reformas tributária e administrativa.

O SR. GIOVANI CHERINI (Bloco/PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PL também entende que deveria ter essa lembrança para todo o servidor público, para todo o serviço público, e a sua sugestão foi extremamente oportuna.

Nós temos que discutir, Sr. Presidente, a questão do extrateto. Eu lembro que, quando eu era Deputado Estadual, votei os subsídios para o Judiciário e o Ministério Público, e era para terminar com os penduricalhos. Hoje, nós sabemos que tem muita gente que está recebendo 70 mil, 80 mil, 100 mil reais por mês. Então, o extrateto pode diminuir muito os gastos no Brasil.

Nós já aprovamos aqui um sacrifício enorme para os funcionários públicos, qual seja o de que até 2021 não haverá nenhuma possibilidade de aumento. Então, seria muito importante para que a máquina pública não seja a mais cara do mundo e não continue sendo amais cara do mundo, que possamos realmente fazer essa tranca, como uma porta trancada. Só se pode gastar aquilo que já está gastando hoje, até porque nenhum Poder fabrica dinheiro. Todos os Poderes vivem com o que paga o contribuinte, o cidadão que paga impostos. A máquina pública no Brasil precisa ser mais ágil e menos cara.

Então, nós vamos liberar a bancada, mas sempre lembrando que o nosso Partido Liberal quer sim reformas - reforma administrativa, reforma tributária -, para diminuir o peso da máquina, para diminuir o custo que o cidadão paga hoje para ter qualquer tipo de serviço.

Então, Sr. Presidente, o PL libera a bancada.